



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação.

INFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NEGRAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO

INFORMATION AND SOCIAL EMANCIPATION: SOCIAL REPRESENTATIONS OF BLACK WOMEN AT CASA DAS WOMEN DA MARÉ IN RIO DE JANEIRO

Priscila Rufino Fevrier – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Rodrigo de Sales – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa visa compreender as representações sociais acerca da informação a partir do discurso das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro. No referencial teórico, aprofunda-se o entendimento sobre informação enquanto um elemento para transformação de realidades sociais e empoderamento. Abordam-se também questões relativas às mulheres negras, aos dispositivos de racialidade presentes em suas vidas, tais como a necropolítica e o alterocídio, descritos por Achille Mbembe, epistemicídio, descrito por Sueli Carneiro e feminicídio, de Ana Maria Fernández. Como considerações finais, espera-se que esta pesquisa ajude a ampliar o conhecimento sobre as mulheres negras e sua condição enquanto sujeitos dentro da sociedade da informação.

Palavras-chave: Mulheres negras; Casa das Mulheres da Maré; informação; representações sociais; Ciência da Informação.

Abstract: This research comprises the social representations about information from the discourse of black women who frequent the Casa das Mulheres da Maré in Rio de Janeiro. In the theoretical framework, the understanding of information was deepened as an element for transforming social realities and empowerment, as well as addressing black women, information and the devices of raciality present in their lives, such as the necropolitics and the alterocide, later by Achille Mbembe, and epistemicide, described by Sueli Carneiro and feminicide, by Ana Maria Fernández. As final considerations, it is hoped that this research will help to increase knowledge about black women and their condition, while within the Information Society.

Keywords: Black women; Casa da Mulheres da Maré; information; social representations; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto da dissertação de mestrado concluída em abril de 2021, a qual direcionou atenção a questões atinentes às mulheres negras pertencentes ao conjunto de comunidades periféricas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Mulheres, estas, que fazem parte de um grupo preterido e marginalizado pela sociedade. As mulheres pertencentes a este grupo social enfrentam os maiores índices de desemprego, estão entre as pessoas que desenvolvem mais atividades de baixa remuneração, entre os maiores números em casos de assassinatos (vítimas de feminicídio) e, ainda, fazem parte do menor índice de pessoas que conseguem chegar às universidades (IBGE, 2010). Neste sentido, pareceu justo buscar compreender se a informação pode de fato ajudá-las a alcançar uma realidade social menos injusta, de modo a trazer mudanças em suas vidas por intermédio da compreensão e do uso da informação.

Neste sentido, foi escolhida como universo da pesquisa a Casa das Mulheres da Maré, que fica localizada na comunidade do Parque União, que faz parte do conjunto de comunidades periféricas do complexo da Maré, Rio de Janeiro. A Casa das Mulheres foi inaugurada em outubro de 2016 e foi criada com o intuito de fortalecer a autonomia feminina, com projetos que potencialmente melhoram a qualidade de vida das mulheres da Maré. São oferecidas atividades que têm como propósito auxiliar na formação profissional dessas mulheres, o que inclui o curso de gastronomia “Maré de Sabores” e o curso de cabeleireira “Maré de Belezas”, que já formaram mais de 500 mulheres. Dispõe também de atividades de capacitação, como aulas para a população LGBTQI+ da Maré, de corte, costura e produção de moda. Conta também com serviços como atendimentos jurídicos, psicológicos e com assistentes sociais gratuitos que já atenderam mais de 400 mulheres. É uma iniciativa do projeto Redes da Maré (REDES..., 2018; 2020).

A partir da explícita injustiça social que envolve a realidade das mulheres negras no Brasil, e a partir do pressuposto de que a informação é um insumo capaz de transformar tal realidade, propõem-se como problema de pesquisa os seguintes questionamentos: quais as percepções acerca da informação e do uso da informação pelas mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré? Quais as informações que auxiliam na transformação das realidades sociais dessas mulheres?

Enquanto objetivo geral, esta pesquisa visou compreender as percepções das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré, Rio de Janeiro, sobre o

conceito de informação, os tipos de informações utilizadas e suas influências na resolução dos problemas cotidianos. Os objetivos específicos definidos foram: a) Contextualizar o coletivo Casa das Mulheres da Maré, do Rio de Janeiro, foco de observação da pesquisa; b) Compreender como o conceito de informação é percebido pelas mulheres negras integrantes da Casa das Mulheres da Maré; c) Coletar discursos das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré, de modo a manifestar a representação social deste coletivo a respeito da informação e seu uso.

Dessa forma, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que compreender o fenômeno informação, bem como os aspectos que compõem os entornos informacionais na realidade das mulheres negras, é fundamental para se buscar uma transformação da realidade social desse grupo especificamente. É por intermédio da mediação da informação e comunicação da mesma que o processo de formação de sujeitos é permitido e os transforma em cidadãos políticos, críticos e criativos (GOMES, 2019).

Na fundamentação teórico-metodológica, tomou-se como base os princípios da sociologia do conhecimento, do construcionismo social na perspectiva de Berger e Luckmann, além da teoria das representações sociais (TRS), seguindo as perspectivas de Serge Moscovici e Denise Jodelet. O autor Serge Moscovici (2015, p. 79), evidencia que a teoria das representações sociais tem como ponto de partida as diferenças dos sujeitos, atitudes e fenômenos. O objetivo dessa teoria é entender como esses sujeitos e grupos constroem um senso comum, “um mundo estável, previsível”, tendo em vista essas diversidades. Portanto, as TRS devem ser entendidas como um modo característico de compreender e transmitir saberes, cujo objetivo é materializar o sentido do mundo e estabelecer ordens e percepções, que reproduzam o mundo de forma significativa.

Esta pesquisa pode ser considerada do tipo qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada e por questionário de caracterização do perfil das mulheres negras. O tratamento e a análise das informações foram embasados na técnica de análise chamada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir da aplicação da referida técnica, o DSC apresentou quatro pontos de análise e discussão, a saber: o entendimento das mulheres negras sobre a informação; a obtenção de informação na Casa das Mulheres da Maré para a aquisição de confiança e enfretamento de obstáculos; a informação para a transformação da realidade social de mulheres negras com enfoque no mercado de trabalho e na violência contra mulheres e, por fim, a importância da Casa das Mulheres da Maré para apoio psicológico, jurídico e construção de afetos.

2 A INFORMAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E POLÍTICA DAS MULHERES NA SOCIEDADE

Em diferentes momentos históricos, mulheres foram colocadas em um constante silenciamento, a partir de uma perspectiva patriarcal que as coloca como propriedade de um homem, ou grupo de homens, os quais decidem sobre seus corpos, desejos e até os limites que podem chegar. Mulheres foram obrigadas a passar suas vidas sobre as sombras dos homens, como pais, cônjuges, líderes religiosos, chefes em seus locais de trabalho – isso quando a elas foi permitido trabalhar – e em outros âmbitos da sua vivência (SILVA; ROMEIRO, 2018). Feministas e ativistas sociais como Patricia Hill, Angela Davis, Sueli Carneiro, Lélia González, Djamila Ribeiro, entre outras, afirmam que o sistema de sociedade em que vivemos, o patriarcado, é o principal fator para a difusão dessas desigualdades entre homens e mulheres. Esse sistema envolve a relação de dominação-exploração das mulheres pelos homens até os dias de hoje. Quando se faz o recorte de gênero, raça e classe social, as desigualdades são ainda mais marcantes. Além dos aspectos que se apresentam para as mulheres brancas (machismo, patriarcalismo, papéis atribuídos de gênero etc.) e de fatores derivados da cultura do patriarcado, como desigualdade salarial, violências doméstica, sexual e psicológica, somam-se a esse cenário as questões étnico-raciais.

Importante dizer que essas desigualdades – que perduram até hoje – nascem em tempos remotos. No período escravista, mulheres negras foram tratadas como objetos, serviram de mão de obra escravizada, sofreram estupros, mutilações, torturas e foram utilizadas como reprodutoras e amas de leite para os membros da casa grande. As diferenças entre mulheres negras e brancas estão presentes no trabalho – mulheres negras sempre trabalharam –, no direito de ser considerada como ser humano, no exercício da maternidade, na violência, no direito a ter um relacionamento afetivo, entre outros (HOOKS, 2018). Collins (2019) relata que o imbricamento das opressões de raça, gênero e classe, que é um legado da escravização, configurou-se e ainda se configura com o estabelecimento das relações de mulheres negras dentro dessa estrutura opressora. A autora afirma que quando um grupo de sujeitos impede que outro grupo tenha acesso a recursos da sociedade, e se isso ocorre sistematicamente, concretiza-se uma situação de opressão. Completa, ainda, dizendo que as principais formas de opressão se referem a gênero, raça, classe, sexualidade, nação, idade e

etnia. Crenshaw (2002) explica que essa interseccionalidade entre raça, gênero e classe trabalha para limitar as chances de sucessos das mulheres negras.

Carneiro (2002) pontua que a opressão é algo muito presente na vida da mulher negra, basta verificarmos que as mulheres negras estão entre as maiores taxas de feminicídio no país e morte no período de gestação, pré e pós-parto. Essas relações de poder que essas mulheres sofrem se configuram em violência, opressão e subalternização, e influenciam no papel que essa mulher assume na sociedade (CARNEIRO, 2002; FERNÁNDEZ, 2012; TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017). Políticas públicas para a população negra, em especial, para mulheres negras, são ainda embrionárias. É preciso que estas sejam desenvolvidas para suprirem as necessidades de informação que são próprias desse grupo étnico-racial e, do mesmo modo, torná-las sujeitos e cidadãs que possam escrever sua própria história (SILVA; GARCEZ, 2018). No tocante à apropriação da informação sob a ótica da transformação em conhecimento pelas pessoas negras, Mirian de Albuquerque Aquino (2013, p. 67) ressalta que o “sistema educacional impõe barreiras informacionais para as/os afrodescendentes destinando-lhes uma informação inadequada no atual contexto, sem nenhuma ligação com a sua história, cultura e tecnologia”.

2.1 INFORMAÇÃO: ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL

De acordo com Barreto (1994), a informação liga o mundo, além de participar da revolução e evolução do ser humano na história. Quando adequadamente assimilada, ela produz o conhecimento, modifica o estoque mental de informações do sujeito e traz benefícios para sua vida e contexto em que ele vive. Por isso, ela se faz presente na vida dos sujeitos antes de seu nascimento e o acompanha durante toda sua vida. Barreto (1994) também afirma que a informação está associada ao conceito de redução da incerteza e que é identificada com o sistema de organização de identidades inanimadas ou de seres vivos racionais. Para Araújo (2018), a informação não é algo apenas da ordem do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas narrativas, a informação se apresenta relacionada a termos como “documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico” (ARAÚJO, 2018, p. 88).

Para os autores Reis, Silva e Massensini (2011, p. 22),

a informação está presente em nossas vidas como resultado de nossas ações diárias e, portanto, é visualizada como um produto histórico-social, ou seja, fruto das nossas atividades sociais em nossos contextos históricos, em um determinado tempo e espaço.

Quando refletimos a respeito da população negra, a informação que mais se adequa ao seu contexto e necessidades informacionais é a informação étnico-racial. Estabelecida a partir da teoria de Dahlberg, a informação étnico-racial tem sido estudada no Brasil a partir de 2010 por Henry Pôncio de Oliveira – sob orientação de Miriam Albuquerque de Aquino –, que em sua dissertação definiu esse conceito como

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p.56).

Com relação ao aspecto objetivo dessa população, este se relaciona aos materiais informacionais e seus conteúdos dispostos em diferentes suportes informacionais. Quanto ao aspecto subjetivo, este se refere ao “ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico” (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 487). A informação étnico-racial está ligada a toda documentação, textos, manifestos, bibliografias, materiais audiovisuais e não visuais obtidos a partir de grupos e coletivos negros, do Estado, das Instituições de Ensino Superior, Secretarias dos municípios e dos estados, museus, arquivos, igrejas das irmandades negras, centros de informação, entre outros que buscam disseminar e promover o debate e a igualdade étnico-racial, justiça social e direitos para populações marginalizadas, das quais a população negra faz parte (OLIVEIRA; AQUINO, 2012). Nesse sentido, parte-se do conceito de informação étnico-racial para se pensar a Casa das Mulheres da Maré e sua importância na disseminação da informação destinada às mulheres negras frequentadoras desse ambiente, especialmente no que concerne à informação para resolução dos obstáculos do dia a dia e também para transformação de suas realidades sociais.

2.2 A RACIALIDADE ENQUANTO DISPOSITIVO NA VIDA DAS MULHERES

A herança escravista ainda perdura com diversas formas de dominação, preconceito, desigualdades, manutenção de privilégios e exclusão desse grupo de locais de poder e decisão, mesmo a população de origem africana ter sido liberta após mais de trezentos anos de escravização. Conforme Santos (2009), quanto mais as camadas sociais sobem, maior é o

embranquecimento da população. Ou seja, a classe média e rica do nosso país é branca, enquanto que a mais pobre é negra. No que concerne à intersecção entre gênero, classe e raça, a mulher negra se encontra nas classes mais baixas e pobres, dado que expressa a estrutura do racismo no Estado, que permite que esse grupo se encontre em grande desigualdade racial e social dentro do Brasil.

Quando se reflete sobre os dispositivos de poder e racialidade, a vida de mulheres negras – para além daqueles pontos já elencados –, no período atual, é impactada por quatro elementos de racialidade, a saber: a necropolítica (MBEMBE, 2016), alterocídio (MBEMBE, 2014), epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e o feminicídio (FERNÁNDEZ, 2012).

Quando analisamos a necropolítica, ela impacta na vida de mulheres negras periféricas quando estas perdem seus filhos, irmãos, pais e maridos para a política de Estado representada pela força policial. Esta força invade as comunidades periféricas para realizar o extermínio (política da morte) de jovens e homens negros, tendo como base seu pertencimento étnico-racial vinculado ao estereótipo de criminoso criado no imaginário social brasileiro (MBEMBE, 2016). Perdem também homens e jovens negros para o encarceramento em massa, que transforma homens de suspeitos para condenados pela justiça pelo fato de serem negros e pobres, sob o pretense discurso de “guerra contra as drogas” (FRANCO, 2016). A necropolítica se encontra ligada à negação da alteridade ou alterocídio, que simboliza a negação/rejeição do “Outro” por não o ver como semelhante. Esse “outro” se torna ameaçador para aquele que o criou – o homem branco (que é o “eu”) – na medida em que, ao acreditar na raça, tem medo de que a suposta “raça inferior” o supere. Os sujeitos brancos excluem e buscam o domínio dos sujeitos negros e os elementos que fazem parte de sua identidade étnico-racial, tais como cultura, história, religiosidades, conhecimentos ancestrais, entre outros (MBEMBE, 2014). Por isso, realiza o extermínio desse “outro” quando a dominação e controle não conseguem os manter alienados dentro do sistema criado pelo Estado (dominado pelo homem branco) (MBEMBE, 2014; KILOMBA, 2019).

No caso da mulher negra, o alterocídio se expressa de forma evidente, pois ela é o “outro do outro” (KILOMBA, 2019). Lembramos, aqui, Grada Kilomba (2019, p. 190) ao dizer que “mulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca”. É essa mulher negra que não é vista como mulher, mas sim como um instrumento de força de trabalho, de manutenção do racismo, de cuidado com os filhos e com o asseio da casa de mulheres brancas

da elite, de ser objeto exotizado de desejo de homens, que se não conseguirem dominá-las podem, então, exterminá-las, pois no Brasil o corpo negro não é visto como algo digno de justiça (MBEMBE, 2014; KILOMBA, 2019). Esse extermínio se dá ainda de outras formas. O feminicídio representa o extermínio literal de corpos negros, em especial de mulheres negras, que estão sob a força e o domínio de uma cultura patriarcal, racista e sexista que percebe o corpo da mulher negra como uma propriedade do homem e do Estado (CÔRTEZ; LUCIANO; DIAS, 2012; FERNÁNDEZ, 2012; OLIVEIRA et al, 2019).

Quando chegam aos espaços universitários, mulheres negras possuem seu conhecimento e epistemes de origem africana mortos (o que chamamos de epistemicídio) pela cultura acadêmica ocidental, que desconsidera saberes que não sejam vindos do norte global, ao mesmo tempo em que impõe uma pseudoneutralidade acadêmica que esconde a invisibilidade da raça dentro da universidade (CARNEIRO, 2005; SILVA, 2020). A percepção de não-lugar de mulheres negras nos ambientes acadêmicos, vincula-se ao estereótipo racista que sempre a deixou subjugada à decisão de outros sobre os espaços que essas mulheres poderiam ocupar. “Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’.”, conforme enfatiza a intelectual Bell Hooks (1995, p. 468). Mulheres negras não são vista como portadoras e provedoras de conhecimentos. Em minha dissertação faço alguns questionamentos, um deles é se essas autoras/intelectuais negras estão presentes na academia e em especial, no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI)? E a resposta é sim. E suas pesquisas são direcionadas para aspectos e enfoques diversos. Na nossa pesquisa evidenciamos algumas autoras negras e suas pesquisas em BCI como: A dissertação de Leyde Klebia Rodrigues da Silva, intitulada “*Bamidêlê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba*”; Temos também, o capítulo intitulado “*Informação étnico-racial: o eco de vozes mulheres que não aceitam o lugar de “Quarto de Despejo”*”, de Dávila Maria Feitosa da Silva, que faz parte do livro “*Epistemologias negras: relações Raciais na Biblioteconomia*” dentre muitas outras pesquisas, que devido ao espaço disponível para este trabalho não foi possível evidenciar aqui. A seguir, iremos adentrar as percepções sobre a informação das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré.

3 O QUE DIZEM AS MULHERES NEGRAS FREQUENTADORAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ?

Foram coletados os discursos de quatro mulheres negras moradoras do conjunto de comunidades periféricas da Maré e que são frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré. Após entrevista com essas mulheres, realizou-se o tratamento e análise dos discursos coletados, por meio da aplicação da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir disso, foi elaborado o DSC geral que representou a soma de todos os discursos. Com intuito de responder aos objetivos deste trabalho, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi distribuído em quatro pontos principais de análise e discussão, a saber:

- a) **A voz das mulheres negras: o entendimento sobre a informação:** Como primeira questão, foi perguntada a cada uma das respondentes sobre qual era o entendimento que elas possuem sobre informação. A partir do DSC, foi possível observar que na percepção das mulheres negras respondentes, a informação auxilia na comunicação do conhecimento. Na perspectiva trazida por Araújo (2014), a informação é o ato de informar, a comunicação do conhecimento ou da notícia de algum fato ou ocorrência. Este entendimento corrobora com a visão de Barreto (1994), que afirma que a informação quando assimilada produz o conhecimento, modifica o estoque mental de informações do sujeito e traz benefícios para sua vida e contexto em que vive, seja essa informação de ordem religiosa, política, entre outras. Assim, compreendemos que as mulheres recebem as informações, juntam com suas experiências cotidianas e conhecimentos anteriormente criados e elaboram novos conhecimentos. Ainda sobre o entendimento do que são informações, as mulheres negras respondentes informaram que as informações são notícias transmitidas por intermédio da televisão, rádio, celular e redes sociais (*online*) e que as informações que elas obtêm na Casa das Mulheres vêm através da internet, aulas e vídeos, assim como por intermédio das professoras e assistentes sociais. O predomínio quase que exclusivo da informação veiculada por meio de redes sociais permite certa reflexão por parte dos profissionais da informação. As bibliotecas, e demais unidades de informação, precisam ainda avançar para efetivamente auxiliar na construção da identidade étnico-racial da população negra – e das mulheres negras – e para isso é preciso que deixe de ser um dispositivo de propagação de ideologias racistas e coloniais (CARDOSO, 2011; SILVA, 2020) que, por consequência, potencialmente promovem a falta de representatividade e identificação. As bibliotecas devem se tornar um espaço para busca, recuperação e acesso a fontes de informação por mulheres negras que as auxiliem na transformação de suas realidades. Para isso, nos parece ser preciso e

urgente a realização de mediações de informações necessárias à mulheres negras, pois, conforme infere Cardoso (2011, p. 83), “trabalhar para a (re)construção da identidade negra exige a mediação de informação e conhecimento, portanto perpassa o espaço da biblioteca”. Bibliotecárias(os) e profissionais de informação que se inserem em espaços de comunidades periféricas ou que tem como público pessoas que estão à margem da sociedade, precisam encontrar meios de promover uma efetiva instrumentalização de representatividade e identificação, para que informação possa de fato transformar realidades.

- b) **Obtenção de informações na Casa das Mulheres da Maré:** No que se refere ao local onde as informações são obtidas pelas respondentes, foi identificado como canais de informação (utilizados pela Casa das Mulheres para disseminar conteúdos) a internet, as aulas, os vídeos, as profissionais e as professoras da Casa. No discurso das respondentes, constatou-se que as verdadeiras mediadoras da informação são as profissionais e professoras que lá trabalham. Não foi possível identificar se o conteúdo das aulas oferecidas pela Casa é pautado em informações científicas ou acadêmicas. Entretanto, é importante ressaltar que as pessoas possuem influências a partir dos contextos em que estão inseridas e, por serem essas profissionais mediadoras integrantes da própria comunidade, a potência de representatividade parece ser muito mais real e confiável às frequentadoras da Casa. Um outro ponto observado foi que os assuntos e temas sobre os quais as mulheres aprendem, a partir da disseminação de informações realizadas pela Casa, são diversos, a saber: estudos de gênero e sexualidade, drogas, identidade étnico-racial, redes sociais, empreendedorismo, racismo, preconceito de classe social, pobreza, periferia, violência, direitos humanos e, sobretudo, mulheres. Porém, a Casa como um coletivo que se dispõe a informar e abordar essas questões, deve voltar especial atenção para o recorte racial das frequentadoras, pois assim poderá suprir as necessidades de informação demandadas pelas mulheres negras. É preciso estar atenta e promover a conscientização dos obstáculos causados pela inter-relação entre o racismo, o gênero e a pobreza, os quais fazem com que múltiplas formas de violências cruzem a vida das mulheres negras em seu cotidiano. Tais debates devem elucidar questões como as barreiras de acesso aos serviços de saúde e a baixa preocupação do Estado com as especificidades que são vinculadas à vivência das mulheres negras, como a violência obstétrica, morte pós-parto, as ações de violência produzidas pelas forças de segurança

do Estado, do crime organizado e das milícias, como também a maior exposição às drogas e ao fato de serem as principais vítimas quando se fala em tráfico de mulheres (AGÊNCIA..., 2014, 2018; CARNEIRO, 2002, 2017). Essa diversidade de temas e assuntos de debate é salutar para o desenvolvimento da emancipação intelectual de mulheres negras, na medida em que se apropriam desses conhecimentos para mudanças reais de suas vidas.

- c) **Informação para transformação da realidade social de mulheres negras: violência e mercado de trabalho:** Neste terceiro ponto de discussão, nosso enfoque foi a informação mediada pela Casa que promoveu a transformação da realidade social de mulheres negras, em especial no que se refere ao enfrentamento da violência e à inclusão no mercado de trabalho. Sobre este último, o DSC apresentou que a Casa fornece informações que auxiliam na procura por trabalho, assim como provê instrumentos (tais como elaboração de currículo e auxílio nas inscrições) que permitam essas mulheres negras a concorrerem às vagas disponíveis no mercado. A autoconfiança profissional também foi destacada nas falas das entrevistadas, e isso em consequência de treinamentos oferecidos por intermédio de cursos ministrados na Casa a essas mulheres. O fato de mulheres negras adquirirem confiança em suas habilidades profissionais as possibilita entender o ambiente e o mercado de trabalho e, assim, emanciparem-se e transformarem suas realidades. A confiança permite ainda assumirem compromissos e riscos profissionais, ao mesmo tempo em que as fortalece para cobrarem o preço justo pelo produto ou serviço oferecido, criarem seu próprio negócio, denunciarem violências e assédios no ambiente pessoal e profissional, entre outros aspectos. Isso sugere que a informação se torna um instrumento de inclusão das mulheres negras nos sistemas que estimulam as relações sociais, e o acesso à informação vira o caminho para que aconteça a emancipação social de mulheres marginalizadas dentro do mercado de trabalho permitindo o pleno exercício da sua cidadania (HANADA, 2007). Outro ponto de destaque é sobre o enfrentamento à violência, pois uma das respondentes relatou ter impedido que uma ação violenta ocorresse contra uma menina da comunidade, fruto de um processo de conscientização vindo de informações fornecidas pela Casa. Conforme infere Côrtes (2012), a denúncia é o momento de subversão às relações de poder que estruturam a violência contra as mulheres, em especial, a violência doméstica. Caso a denúncia não se concretize ou as mulheres não recebam apoio de órgãos e instituições

de apoio, isso pode ser fatal para essas vítimas. É possível perceber que a entrevistada se tornou fortalecida para materializar em suas ações os conhecimentos assimilados a partir das informações que recebeu dentro da Casa.

- d) **A importância da Casa das Mulheres da Maré para apoio psicológico, jurídico e construção de afetos:** Conforme o DSC, a Casa oferece apoio psicológico às suas frequentadoras, uma vez que a violência sofrida por mulheres, assim como responsabilidade financeira de terem de prover sozinhas suas casas, impactam diretamente na saúde mental da mulher negra. Tendo em vista que elas se encontram em contexto periférico, a saúde mental ainda não é vista como prioridade em suas vidas. O acesso a tratamento de saúde mental nas periferias, destinado a mulheres negras, é ainda um obstáculo a ser enfrentado ao se pautar saúde pública e ao se elaborar políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades. Importante, ainda, é o desenvolvimento de pesquisas vinculadas à saúde das mulheres negras de periferias, de modo a identificar as reais necessidades informacionais a respeito da saúde dessas mulheres, para que informações sobre como, para que, quando e onde cuidar de sua própria saúde sejam efetivamente alcançadas por aquelas que necessitam (SILVA *et al.*, 2019). Assim, poderão ser pensadas medidas e ações de prevenção, desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a saúde das mulheres de periferia e da população negra como um todo. Silva *et al* (2019) reforçam que as mulheres negras precisam ter acesso às informações sobre “medicamentos que afetam a saúde da população negra, sobre maternidade, pré-natal, sexualidade, entre outros aspectos essenciais para prover os direitos básicos de quaisquer cidadãos” (SILVA *et al*, 2019). Com relação ao apoio jurídico, consideramos este fundamental para que as mulheres se emancipem dentro da nossa sociedade a partir do conhecimento de seus Direitos. Dessa forma, fomentar o conhecimento dos Direitos Humanos e Civis da população negra é fundamental para que se quebre os ciclos que colocam a população negra em lugar de marginalidade e marginalização dentro da sociedade brasileira. A informação possibilita às mulheres negras o entendimento de seus direitos constitucionais, assim como aspectos sobre procedimentos jurídicos que envolvem situações de denúncia, violências sofridas por elas e seus familiares, como também por injustiças praticadas por forças policiais, representantes do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que para uma efetiva emancipação social é imprescindível que o desenvolvimento dos campos informacionais (incluindo aí todos os aspectos que os envolvem: unidades, objetos, processos, instrumentos, produtos, especialistas e regramentos de informação) se dê de modo a promover a representatividade e identificação social e comunitária dos públicos a que servem. Em comunidades ou em grupos marginalizados, tal observação se faz ainda mais urgente e indispensável. Esta pesquisa, ao centrar atenção naquele que é considerado o grupo social mais marginalizado e acometido por violências e injustiças sociais, o grupo das mulheres negras da periferia, procurou “escutar” e “compreender” como o acesso, a mediação e a apropriação da informação podem auxiliar um processo transformador de realidades sociais. Informações, que por vezes podem ser consideradas utilitárias pelos tradicionais estudos acadêmico-científicos, tais como informações sobre emprego, profissionalização, saúde, violência, sexo, política, empreendedorismo social, drogas, organizações sociais, racismo, machismo, LGBTfobia, ou, em geral, informações que tragam conhecimentos imediatos e cotidianos reais, e não ideais, parecem lograr êxito na busca de uma representatividade social. O campo da Ciência da Informação não pode se furtar da responsabilidade de desenvolver uma ciência que efetivamente promova um enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais. Este estudo procurou contribuir para este enfrentamento por meio da escuta e da compreensão dos fenômenos da informação, bem como de sua mediação e apropriação, como fatores potentes para a promoção de uma representatividade insistentemente silenciada pelos projetos informacionais elitistas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Estatísticas de gênero**: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. Á. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

CARNEIRO, A. S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NQF**, v. 24, n. 2, 2002.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 340f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 2017.

CARDOSO, F. C. A **Biblioteca Pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COLLINS, P. H. **O pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÔRTEZ, G. R. Violência Doméstica: Centro de Referência da Mulher. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 17, p. 149-168, 2012.

CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp. p. 134-151, 2012.

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. São Paulo: Ação Educativa, 2002.

FERNÁNDEZ, A. M. Femicídio: la ferocidade del patriarcado. **Revista Nomadías**, [s. l.], n. 16, p. 47-73, nov. 2012.

FRANCO, M. **UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias de uma plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 403 p.

OLIVEIRA, H. P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012.

OLIVEIRA, P. S.; CÔRTEZ, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; MOURA, A. P.; ALVES, F. A. C. Informação para enfrentar a violência contra as mulheres negras. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha gráfica e Editora Ltda, 2019.

REDES MARÉ. **Desenvolvimento territorial**: casa das mulheres da Maré. Rio de Janeiro, 2020.

REDES MARÉ. **Relatório anual 2018 da Redes da Maré**. Rio de Janeiro, 2018.

REIS, A. S.; SILVA, A. S.; MASSENSINI, R. L. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, M. A. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. cap. 1, p. 16- 24.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, C. D. As mulheres negras e a Sociedade da Informação. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018. p. 209-236.

SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. Ann Allen Shockley: uma bibliotecária negra e feminista na literatura lésbica e na Biblioteconomia. In: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (Org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2018. (Selo Nyota).

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil, Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

TEIXEIRA, M. S. S. P.; QUEIROZ, J. M. Corpo em Debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017, Salvador. **Anais...** Salvador, 2017.